

“Até a Covid-19 passou direto”: resistência e resiliência de famílias agroecológicas no sertão central do Ceará

“Even Covid-19 passed directly”: resistance and resilience of agroecological families in the central sertão of Ceará

“Incluso El Covid-19 pasó recto”: resistencia y resiliencia de las familias agroecológicas en el sertão central de Ceará

Maria Neila Ferreira dos Santos¹

Denise Oliveira e Silva²

Erica Ell³

RESUMO

O mundo vive tempos tortuosos, mergulhado em diversas crises sociais, econômicas, políticas, ambiental, alimentar e, recentemente, uma crise de saúde pública provocada pelo vírus SARSCoV-2 e que não podem ser considerados como problemas separados. Repensar sistema agroalimentar por um modelo de base agroecológica se apresenta como solução para superação. O presente documento teve como objetivo analisar as estratégias de resistência e resiliência de soberania e segurança alimentar e nutricional de famílias agricultoras que integram a Rede de Agricultores/as Agroecológicos/as do Sertão Central do Ceará, no contexto da pandemia COVID-19. As representações sociais foram utilizadas como caminho metodológico, além da aplicação de questionários, entrevistas e oficina com grupo focal junto a agricultores/as que integram a Rede. Os resultados indicam que a agroecologia foi o caminho de resistência e resiliência adotado pelas famílias para a garantia da soberania alimentar e da saúde, tendo a produção de alimentos agroecológicos para o autoconsumo auxiliado na superação da fome e da insegurança alimentar, apoiada numa estratégia territorializada. A participação protagonista das mulheres, a organização e o trabalho em Rede, possibilitaram às famílias agricultoras a formação de capacidades, intercâmbio de experiências e construção conjunta de estratégias de superação das adversidades enfrentadas.

Palavras-chave: Agricultura Sustentável; Soberania Alimentar; Segurança Alimentar e Nutricional; Mulheres.

ABSTRACT

¹ Mestra em Políticas Públicas em Saúde pela FIOCRUZ Brasília. Especialista em Promoção em Vigilância em Saúde, Ambiente e Trabalho, Escola Fiocruz de Governo. Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador e à Trabalhadora. Passaré - Fortaleza/CE. <https://orcid.org/0009-0008-1183-9086>. E-mail: neilafsanos@hotmail.com

² Pós-doutora Pesquisadora em Saúde Pública do Programa de Alimentação, Nutrição e Cultura da Fundação Oswaldo Cruz - Brasília. <https://orcid.org/0000-0002-6656-7347>. E-mail: denise.silva@fiocruz.br

³ Pesquisadora e docente do Programa de Alimentação e Cultura da Fundação Oswaldo Cruz – Brasília. <https://orcid.org/0009-0003-6731-2527>. E-mail: erica.ell@yahoo.com.br

The world is living in tortuous times, immersed in various social, economic, political, environmental, food crises and recently a public health crisis caused by the SARSCoV-2 virus, which cannot be considered as separate problems. Rethinking the agri-food system using an agroecological-based model presents itself as a solution for overcoming this document. The objective of this document was to analyze the strategies of resistance and resilience of sovereignty and food and nutritional security of farming families that are part of the Agroecological Farmers Network of the Central Sertão of Ceará, in the context of the COVID-19 pandemic. Social representations were used as a methodological path, in addition to the application of questionnaires, interviews and a workshop with a focus group with farmers who are part of the Network. The results indicate that agroecology was the path of resistance and resilience adopted by families to guarantee food sovereignty and health, with the production of agroecological food for self-consumption helping to overcome hunger and food insecurity, supported by a territorialized strategy. The leading participation of women, organization and network work enabled farming families to build skills, exchange experiences and jointly build strategies to overcome the adversities they faced.

Keywords: Sustainable Agriculture; Food Sovereignty; Food and Nutrition Security; Women.

RESUMEN

El mundo vive tiempos tortuosos, inmerso en diversas crisis sociales, económicas, políticas, ambientales, alimentarias y recientemente una crisis de salud pública provocada por el virus SARSCoV-2, que no pueden considerarse como problemas separados. Repensar el sistema agroalimentario desde un modelo de base agroecológica se presenta como una solución de superación a este documento, cuyo objetivo fue analizar las estrategias de resistencia y resiliencia de la soberanía y seguridad alimentaria y nutricional de las familias campesinas que forman parte de la Red de Agricultores Agroecológicos del Sertão Central de Ceará, en el contexto de la pandemia de COVID-19. Se utilizó como camino metodológico las representaciones sociales, además de la aplicación de cuestionarios, entrevistas y un taller con grupo focal con agricultores que forman parte de la Red. Los resultados indican que la agroecología fue el camino de resistencia y resiliencia adoptado por las familias para garantizar la soberanía alimentaria y la salud, contribuyendo la producción de alimentos agroecológicos para el autoconsumo a superar el hambre y la inseguridad alimentaria, apoyados en una estrategia territorializada. La participación protagónica de las mujeres, la organización y el trabajo en red permitieron a las familias campesinas desarrollar habilidades, intercambiar experiencias y construir conjuntamente estrategias para superar las adversidades que enfrentaron.

Palabras clave: Agricultura Sostenible; Soberanía Alimentaria; Seguridad Alimentaria y Nutricional; Mujeres.

INTRODUÇÃO

A história contemporânea da humanidade está carregada de diversas situações e crises políticas, econômicas, sociais, ambientais, sanitárias - a exemplo da pandemia COVID-19, requerendo dos seres humanos um olhar atento e mudanças no modo de existir na terra. Em meio à crise pandêmica (2020 a 2022), medidas de contenção do vírus foram sendo efetivadas pelos governantes e, junto a elas, foram evidenciadas as mazelas e as fragilidades da classe trabalhadora frente às condições de vida em que vivem. As áreas da saúde, da agricultura e o setor de alimentos foram muito afetados neste período, gerando consequências significativas para todos e todas, especialmente para as pessoas mais vulnerabilizadas.

No contexto pandêmico, o sistema alimentar mundial dominado por grandes corporações, baseado em uma agricultura industrial, de monoculturas extensivas, cada vez mais dependente, e uso exacerbado de insumos químicos, predatória, gerou ainda mais desigualdades, fome e destruição do planeta, visto que o intuito destas é a acumulação de riquezas e a manutenção de privilégios de seus representantes.

A alimentação é um direito e, como tal, deve ser respeitado e garantido para todas as pessoas, sem comprometer o acesso aos outros direitos. Para consecução deste direito, a soberania e segurança alimentar e nutricional é fundamental, no entanto, estão cada vez mais ameaçadas pelo modelo de desenvolvimento tóxico, destruidor, excludente, opressor, requerendo mudanças extremas no sistema agroalimentar. A FAO, em seu último relatório, apresentou o quão a fome no mundo tem aumentado nos últimos anos, e já se identificou implicações sérias no alcance da meta do ODS (Objetivo de Desenvolvimento Sustentável) que pretendia acabar com a fome até 2030.^{1,2}

A negação desse direito gera insegurança alimentar e fome, que no Brasil já vem sendo denunciada há mais de 70 anos, quando o médico Josué de Castro, demonstrou em seus estudos que a fome é mais do que uma condição fisiológica. Suas causas estão vinculadas à ação humana, baseados nos modos em que se operam os sistemas e decisões econômicas, políticas e sociais, que exploram os/as trabalhadores/as, negam direitos, deixam as populações vulneráveis à própria sorte.

O enfrentamento à fome e às suas consequências têm sido estudado, debatido em diversos espaços. Alguns destes foram as conferências de segurança alimentar, consagradas como importantes espaços para construção de propostas e de políticas públicas para a inclusão a SAN na agenda do governo brasileiro, balizando a formulação da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional e a criação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.^{3,4}

Durante o período de 2016 a 2022, a população brasileira teve seus direitos violados e agravados por problemas de cunho social, econômico, político. O interesse público ficou limitado com as tensões políticas e com a fragilidade democrática vivenciadas no Brasil, poucos investimentos em políticas sociais, fragilizando toda a rede de proteção social, altas taxas de desemprego; aumento abusivo nos preços dos alimentos e de outros bens e serviços, extinção e cortes orçamentários drásticos em programas e políticas públicas, entre eles para a agricultura familiar e camponesa; diminuição dos direitos sociais com novas regras nas legislações trabalhistas e previdenciárias e na política de valorização do salário-mínimo, influenciaram no aumento da desigualdade social, Com isso, contribuindo para o aumento da miséria e da fome no país, seja na cidade quanto no campo, fazendo com que o Brasil retornasse ao Mapa da Fome conforme dados da Organização das Nações Unidas.⁵

Nesse contexto, a reconstrução dos sistemas alimentares de modo que sejam mais resilientes, descentralizados, sustentáveis, possibilitando condições para que a vida no planeta com todos os seus seres continue existindo, entre elas a vida dos seres humanos é um caminho necessário. E *“isto significa uma nova tomada de consciência das contradições embutidas na dinâmica errática do capitalismo corporativo globalizado”*¹.

O desenvolvimento de políticas públicas e de programas que dê à população a garantia e o acesso ao direito humano à alimentação adequada e saudável, incorporando as dimensões sociais, econômicas, políticas, tais como a cultura, o gênero, a etnia, a biodiversidade, dentre outras, estabelecido no conceito de SAN da Lei nº 11.346/2006.^{5,6}

A produção de alimentos se remete à agricultura que, por sua vez, está relacionada ao cultivo da terra e do manejo dos recursos naturais, meios nos quais os alimentos são produzidos e/ou extraídos. No entanto, o modelo de se fazer agricultura deve ser refletido analisando-os como uma das questões centrais na análise da segurança alimentar da população. Desde a Revolução Verde e atualmente cada vez mais incorporado pelos sistemas agroalimentares dominantes, formada por grandes propriedades rurais com grandes extensões de terra, desenvolvendo uma agricultura de monocultivos produtivos, voltados especialmente para exportação, cada vez mais industrializada com alto investimento em máquinas altamente pesadas e modernizada para o manejo da terra, uso de agrotóxicos e outras técnicas sintéticas, fazendo apropriação indevida dos bens comuns e gerando destruição dos recursos naturais, com todo suporte e aparato estatal, participando da vida política ao ingressar representantes nas esferas públicas interferindo social, política e economicamente, para atender aos seus interesses. ^{7,8}

Por outro lado, a agricultura camponesa e familiar não tem o devido reconhecimento do Estado brasileiro, visto que os investimentos para esta categoria são bem menores comparados aos destinados ao agronegócio. Diversos estudos constataam que é a agricultura camponesa e familiar que é responsável por cerca de 70% da produção de alimentos destinada às suas famílias e de outras famílias, seja no território ou fora dele, além de sua importante contribuição na geração de trabalho e renda para populações rurais, tornando-se indiscutível o reconhecimento de sua notoriedade e o quão indispensável é nos processos e nas políticas públicas de segurança alimentar e nutricional. ⁹.

A agroecologia se propõe a uma análise sistêmica, com vistas a apoiar o processo de transição do atual modelo de agricultura convencional para estilos de agricultura sustentáveis, reconectando a cultura, a comida, a natureza, o território e as pessoas, trazendo para o debate reflexões como os alimentos e suas formas de produção têm se relacionado com a saúde coletiva, e que modo a agroecologia contribui para a promoção da saúde, sustentabilidade ambiental e para a segurança alimentar e nutricional. O modo de fazer agricultura de base agroecológica é fundamental para se ter uma vida saudável. A agricultura familiar agroecológica se

contrapõe ao modelo dominante, exercitando outros sistemas agroalimentares, propiciando formas mais adequadas de produzir, comercializar e consumir alimentos.

Esse modelo gera muitos benefícios à sociedade. Esses sistemas locais trabalham dentro da lógica de alimentar os circuitos curtos de comercialização, como é o caso das feiras agroecológicas, que têm um papel muito importante na relação de quem produz com quem consome, gerando um grau de confiança, fortalecendo a relação campo-cidade e movimentando a economia local, fortalecendo os territórios. Como destacam Altieri e Nicholls (2021) a *“agroecologia representa um exemplo inspirador de uma abordagem sistêmica poderosa, que nos permite explorar com novas lentes os complexos vínculos de interconexão envolvendo o binômio agricultura & saúde”*.

Dessa forma, o presente trabalho foi motivado pela necessidade de compreender como os/as agricultores/as familiares que integram a Rede de Agricultores/as Agroecológicos/as do Sertão Central do Ceará que enfrentaram os desafios provocados pelos impérios alimentares e pelas crises sanitária, ambiental, econômica e social, identificando os fatores de resiliência relacionados à saúde, à soberania e à segurança alimentar e nutricional de suas famílias.

Nesta perspectiva, o presente trabalho teve como objetivo geral analisar as estratégias de resistência e resiliência de soberania e segurança alimentar e nutricional de famílias agricultoras que integram a Rede de agricultores/as agroecológicos/as do Sertão Central do Ceará no contexto da pandemia COVID-19.

Metodologia

Este estudo é fruto da dissertação do mestrado profissional em Políticas Públicas em Saúde realizado pela FIOCRUZ Brasília em parceria com as FIOCRUZ de Pernambuco e Ceará entre 2020 a 2023 realizando no Sertão Central do Ceará.

Com uma abordagem qualitativa, de natureza descritiva e analítica, adotou as representações sociais como caminho metodológico, olhando a dinâmica de vida, as práticas e saberes dos/as camponeses/as e agricultores/as familiares agroecológicos/as e o que são compartilhados por eles/elas e suas famílias, nos

mais diversos espaços coletivos (redes, grupos, associações comunitárias) dos quais interagem, dentro e fora do território e suas relações sociais, hierárquicas e técnicas envolvidas.

Para isso, buscou-se responder às indagações que a autora Jodelet (1993) considera como importante na utilização das representações sociais no campo da pesquisa social: saber quem é o sujeito que produz as representações sociais, porque se produzem tais representações, a que funções correspondem e quais condutas e orientações sociais resultam e as qualificam.

Os sujeitos sociais desta pesquisa foram os/as agricultores e agricultoras agroecológicos/as que integram a Rede de Agricultores/as Agroecológicos/as do Território do Sertão Central Cearense, uma rede composta majoritariamente por mulheres agricultoras que protagonizam diversas ações dentro e fora do território. Na identificação dessas pessoas, levou-se em consideração uma maior diversidade de público envolvendo mulheres e homens, jovens; pessoas que já são aposentados/as; os que estão na Rede desde sua formação; pessoas mais jovens e recém-chegados no grupo; pessoas que são filhos de agricultores/as que já participam da Rede; e, com estes critérios, pode-se obter maior capilaridade no público que integra a mesma, considerando, por sua vez, o interesse e a acessibilidade em participar da pesquisa.

A Rede é composta por 52 famílias agricultoras que estão em processo de transição agroecológica e residem comunidades rurais, assentamentos de reforma agrária e em comunidades quilombolas em três municípios cearenses: Quixadá, Quixeramobim e Pedra Branca. São agricultores/as que se articulam em rede desde 2014 e, por meio dela, trocam saberes e experiências dentro e fora do território. Participaram da pesquisa 16 (dezesseis) famílias integrantes da Rede representando uma amostra 30,7% do total de famílias, sendo uma amostra intencional não probabilística.

Os instrumentos de pesquisa utilizados foram o questionário socioeconômico, entrevistas em profundidades, aplicação da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA). A aplicação do questionário se deu por meio de entrevistas com pessoas de referência da família. O formulário continha sessenta 60 questões,

divididas em 3 seções relacionadas às características gerais da família, renda, educação, saúde e produção e, na sequência, o questionário EBIA, utilizado de duas formas: a versão de oito perguntas para as famílias que não tinham menores de 18 anos e a versão com 14 perguntas para as famílias que continham menores de 18 anos, com informações sobre o alcance aos alimentos, a renda disponível para a compra de alimentos, a existência de moradores menores de 18 anos que deixou de fazer alguma refeição, o modo como as pessoas se sentiram diante da possibilidade de faltar alimentos, entre outras questões. A aplicação da EBIA teve como intuito mensurar a experiência de insegurança alimentar das famílias que estão na Rede de Agricultores/as Agroecológicos/as.

A classificação de famílias em IA leve se refere ao medo de não conseguir adquirir os alimentos no tempo necessário devido à restrição de recursos financeiros; IA moderada com restrição qualitativa e quantitativa na dieta entre adultos; e IA grave, onde a restrição na dieta é qualitativa e quantitativa entre adultos e crianças. Dos 16 questionários aplicados, 14 (quatorze) foram realizados face a face, de modo presencial, e dois questionários de modo virtual. Os formulários foram lançados no Google Docs, que contribuíram para formação de gráficos a partir das respostas quantitativas.

Foi realizado também um grupo focal com a participação de três mulheres que residem em duas comunidades rurais e compõem a Rede no município de Quixadá e que possibilitou a identificação e a consolidação das categorias destes estudos e que foram obtidas, também, a partir dos demais instrumentos utilizados. A escolha na formação do grupo focal se deu em uma amostra por conveniência com critérios preestabelecidos pela pesquisadora, levando em consideração as características comuns entre as participantes, dentre as pessoas que representaram o objeto de estudo. Este município foi escolhido para realizar a oficina do grupo focal por agregar o maior número de variáveis favoráveis à execução da pesquisa, dentre elas: número de mulheres concentradas em uma mesma comunidade, possibilitando melhores condições logísticas e de distância, facilitando o acesso da pesquisadora e das outras participantes na realização da atividade presencial com o grupo. A realização das atividades com o grupo focal se deu de modo presencial e virtual.

A consolidação e análise de dados se deu por meio da triangulação de métodos, possibilitando o diálogo compreensivo sobre o material de pesquisa produzidos aplicação dos questionários, entrevistas, narrativas do grupo focal, além da utilização do diário de campo com as diversas observações realizadas pela pesquisadora e os registros feitos em vídeo, áudios e imagens captadas durante as idas a campo ¹⁰. No caso dos questionários, utilizou-se a ferramenta do Google Formulário, que contribuiu na organização das informações lançadas e na elaboração de gráficos.

Os dados da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar – EBIA foram quantificados considerando o seguinte parâmetro representando o total de respostas afirmativas: (a) Segurança Alimentar: 0 resposta positiva; (b) Insegurança Alimentar Leve: 1-5 respostas positivas; (c) Insegurança Alimentar Moderada: 6-10 respostas positivas; (d) Insegurança Alimentar Grave: 11-15 respostas positivas.

Para tabulação e análise dos dados, utilizou-se os recursos do programa Microsoft Excel 2007. Os dados foram analisados descritivamente, a partir de frequências relativas, cálculos de percentagens, seguida do tratamento dos resultados obtidos e a interpretação sendo “realizados as inferências e interpretações, inter-relacionando-as com os quadros teóricos desenhados inicialmente” e que contribuíram para a interpretação final.

As categorias analíticas encontradas foram submetidas ao grupo focal por meio de uma reunião virtual, na qual, inicialmente, foi apresentado às mulheres o método para se chegar a tais categorias e, na sequência, as mulheres realizaram perguntas, retiraram dúvidas e validaram as cinco categorias que foram analisadas metodologicamente divididas em categorias precursoras (empoderamento e orgulho feminino e o medo) e categorias secundárias (ameaça geracional – dissolução da juventude na agricultura e resistência e resiliência). Na fase da interpretação, foram agregados outros elementos e variáveis referentes a conjunturas e às representações sociais construídas pelo grupo.

Este estudo foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ – Brasília) sob o parecer nº 5.162.447 e

conforme Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAEE) número 53878921.0.0000.8027 emitido em 14/12/2021.

Resultados e Discussão

Foram entrevistados 16 agricultores/as que integram a Rede nos três municípios que a compõem (Quixadá, Quixeramobim e Pedra Branca). Constatou-se a Rede é formada majoritariamente por mulheres, correspondendo 75% do público, sendo os homens representados por 25% do total. São pessoas de faixa etária entre 22 a 71 anos, com média de idade 46,1 anos, prevalecendo a participação de adultos/jovens. Identificou-se que, em 20,9% dos domicílios entrevistados, há residem menores de 18 anos, e, em 16,3% dos domicílios, há idosos acima de 60 anos com acesso ao benefício de aposentadoria rural, que é acrescida a renda oriunda da agricultura.

A maioria das pessoas se autodeclararam de cor parda, correspondendo a 56% do público, outros 25% de cor preta e outros 19% de cor branca. Deduz-se que a maior prevalência da cor parda e negra tem vinculação com a ocupação territorial, juntamente com povos de origem indígenas, quilombolas. Esse achado é fortalecido pelos dados da pesquisa nacional por amostra de domicílios continua (PNAD C) de 2019, que mostrou que no estado do Ceará 5,9% se declararam preta e 66,2%, se declaram parda. Além de se considerar que a relação das comunidades quilombolas com a Rede seja um fator importante para autodeclaração racial.

O nível de escolaridade variou entre a metade das pessoas que não conseguiu fechar o ciclo estudantil de educação básica, e 44% das/os entrevistados/as possuíam ensino médio completo e 6% o ensino fundamental completo (6%).

Quanto à renda, os dados mostraram que a maioria das famílias (44%) declararam possuir renda monetária de até meio salário mínimo. As famílias que declararam ter renda entre meio a um salário mínimo representaram 31% do público. Um percentual de 25% das pessoas entrevistadas declarou ter renda de um ou mais salários mínimos eram aquelas que tinham aposentadoria representado pelo percentual de idosos entrevistados e famílias que recebiam outro tipo de benefício

relacionado a auxílio doença. Outros benefícios governamentais foram acessados pelas famílias, como o Auxílio Brasil (68,8%), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (31,2%), o Vale Gás (53,3%), Benefício de Prestação Continuada – BPC (31,3%).

O acesso à água pelas famílias é oriundo das tecnologias sociais de captação de águas de chuva por meio de cisternas de placas para consumo humano (93,8%). Já para a produção de alimentos, algumas famílias têm acesso por meio de tecnologias sociais voltadas para a produção ou acessam em açudes, cacimbões, rios e adutora. O saneamento rural é feito por meio de fossas sépticas e, em alguns casos, as águas são redirecionadas para um tratamento em reúso de águas cinzas e são reutilizadas para a produção de alimentos. (Tabela 1)

Tabela 1. Caracterização socioeconômica das famílias da Rede de agricultores/as agroecológicos/as do Sertão Central Cearense, Ceará-CE, Brasil, 2022

Variáveis	N	%
Gênero		
Feminino	12	75
Masculino	4	25
Raça/cor		
Preta	4	25
Parda	9	56
Branca	3	19
Faixas de Idade (anos) dos residentes nos domicílios entrevistados		
Até 18	09	21
19 - 59	27	62,7
60 <	07	16,3
Nível de Escolaridade		
Ensino Fundamental completo	1	6
Ensino Fundamental incompleto	4	25
Ensino médio completo	7	44
Ensino médio incompleto	4	25
Renda per capita		
até 1/2 S.M.*	7	44
½ a 1 S.M.	5	31

1 a 2 S. M.	3	19
2 a 5 S.M.	1	6
Acesso a Água (consumo e produção)		
Cisternas de placa para consumo humano (16 mil litros)	15	93,8
Sistema de Adutora	1	6,3
Cisternas de placa para produção (52 mil litros) e reuso de águas cinzas	8	50
Poço /açudes, lagoas/barreiros	8	50
Esgoto e tratamento de água		
Fossa sumidora, vala	10	62,5
Sistema de saneamento alternativo (ex. reuso de águas cinzas)	5	31,3
Rede geral, Rede Fluvial ou Fossa ligada a Rede	1	6

* S.M = Salário Mínimo de R\$ 1.100,00; 2020

A produção de alimentos pelas famílias pesquisadas é oriunda dos próprios quintais e roçados. São nestes espaços que famílias exercitam suas práticas de manejo agroecológicos, entre elas compostagens, cobertura de solos, produção de mudas, controle de espécies, rotação de culturas entre outras práticas adaptadas ao ambiente semiárido no qual vivem e que são fortalecidas com o acesso às tecnologias sociais de captação de água de chuva - que em muito tem contribuído com a democratização do acesso água e melhoria nas condições de vida de milhares de famílias que vivem na região semiárida, por meio da ação mobilizadora e multiplicadora protagonizada pela a Articulação do Semiárido Brasileiro, que há mais de 20 anos pauta a convivência com o semiárido como forma de ressignificação o olhar para as condições de aridez e dos fenômenos de seca que é característico desta região.

Destaca-se, ainda, a guarda e a manutenção de suas próprias sementes, considerado um recurso importante para a manutenção da agrobiodiversidade, fundamental para a autonomia dos/as agricultores/as no controle de produção, na promoção da segurança alimentar e nutricional. A adoção de estratégias de convivência com o semiárido e técnicas de cultivo agroecológico adotadas pelas famílias têm favorecido o acesso à água para produção de alimentos e para alimentação dos animais ^{11,12}.

Considerando o acesso à água, 93,8% das famílias da Rede têm acesso à água para consumo humano (beber e cozinhar) por meio das cisternas de placas de 16 mil litros. Já para a produção de alimentos, algumas famílias (50%) possuem tecnologias sociais de segunda água através de cisternas de produção (cisternas calçadão ou enxurrada), ou pela tecnologia de reúso de águas cinzas (31,3%), que permite reutilizar as águas que saem da pia de lavar louça, roupa e do chuveiro, tratando essas águas para torná-las apropriadas para irrigação de parte da produção de alimentos e para alimentar animais. As demais famílias possuem aporte de água por meio de outras fontes como poços profundos, açudes, lagoas e adutora.

A produção de alimentos saudáveis ganha destaque nas unidades produtivas das famílias da Rede, por sua diversidade e variedade de cultivos. A pesquisa identificou uma imensa variedade de frutas de diversas espécies (87,5%), cereais e leguminosas (75%), hortaliças e legumes (81,3%), bem como criação de animais como: ovinos e caprinos (18,8%), suínos (37,5%), bovinos (31,3%), aves – galinha, peru, pato, codorna (68,8%) e apicultura (12,5%) foram encontradas nos quintais das famílias da Rede, além de plantas medicinais (68,8%) - as mulheres relatam que fazem de infusões e chás para curar alguns problemas de saúde.

Quadro 1 – Diversidade e Variedades de alimentos produzidos pelas famílias da Rede de agricultores/as agroecológicos/as e solidários/as do Sertão Central do Ceará, Ceará, Brasil, 2022.

Alimentos de origem vegetal		Alimentos de origem animal
Acerola	Fubá de milho	Bovinos
Amora	Hortelã	Caprinos
Araruta	Graviola	Capote
Agrião	Goiaba	Codoma
Alface	Jerimum	Galinha caipira
Alecrim	Limão	Leite
Batata doce	Laranja	Mel de abelha
Berinjela	Laranja lima	Nata
Coentro	Milho	Ovinos

Cebolinha	Macaxeira	Pato
Couve	Maxixe	Peru
Cajá	Melancia	Queijo
Caju	Quiabo	Suínos
Canela	Seriguela	
Espinafre	Romã	
Feijão	Rúcula	
Feijão guandu	Tangerina	

Fonte: Autoras

Os alimentos produzidos nos quintais agroecológicos são especialmente para o consumo familiar, e o excedente é disponibilizado para a comercialização e, por meio desta venda, as famílias obtêm recursos para adquirir outros bens e serviços que não dispõem. Os dados mostraram que 56,2% das famílias disseram que destinam mais da metade (entre 50 a 70%) da sua produção para consumo e restante para venda. Um contingente de são 18,8% do público reservam entre 40% a 50% do que foi produzido para autoconsumo e demais é comercializado. Já 25% das/os entrevistados relataram que consomem 30% da produção e comercializam os 70% restantes, sendo estas famílias as que têm um número de pessoas que residem no domicílio, portanto, a produção excede a capacidade consumida. Todas as famílias relataram que, além da comercialização, são realizadas trocas de produtos com outras famílias das comunidades, prática muito comum nos territórios rurais.

Com relação à renda das famílias, a pesquisa identificou que a mesma é composta basicamente do produzido. A maioria das famílias (38%) possuíam renda monetária de até meio salário mínimo. As famílias que declararam ter renda entre meio a um salário mínimo representaram 31% do público. Já 6% declaram que sua renda foi de até $\frac{1}{4}$ do salário mínimo, que em valores reais equivalente a R\$ 275,00⁴ mensais. Foi detectado que 38% das famílias da Rede tiveram redução em suas rendas no período pandêmico, 19% tiveram pessoas da família que perderam

⁴ Calculo realizado com o valor do salário mínimo de R\$1.100,00

trabalhos, e 25% fizeram corte nas despesas essenciais no período da pandemia COVID19.

A diversificação e a variedade evidenciada no estudo realizado são características básicas do modo de produção da agricultura camponesa e familiar que, de modo geral, produz alimentos para garantir a reprodução e manutenção de suas famílias, promovendo a segurança alimentar e nutricional e saúde das mesmas. O excedente produzido é destinado à comercialização que é realizada em circuitos curtos, especialmente nas comunidades e nas feiras agroecológicas e solidárias que as famílias participam. É por meio deste abastecimento que são disponibilizados para o campo e para a cidade alimentos de qualidade, saudáveis, sem a utilização de agroquímicos danosos à saúde humana e ao meio ambiente, além de serem espaços de troca de saberes entre agricultores/as e consumidores/as, sendo construídas novas relações fundamentadas nos princípios da economia solidária e da agroecologia.¹³

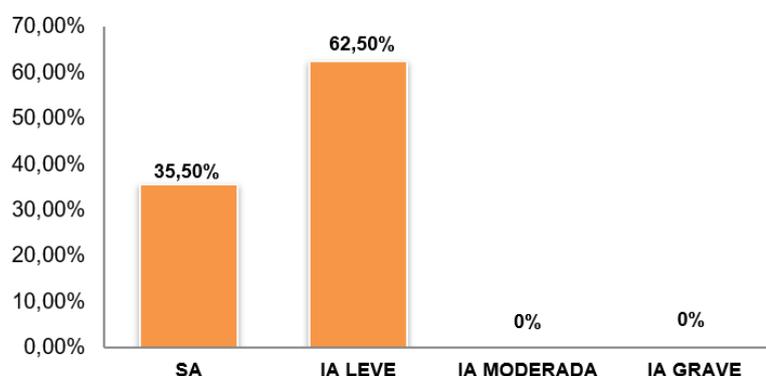
São fatores como estes que só é possível perceber nos sistemas agroalimentares de bases mais sustentáveis onde a produção, o processamento, a distribuição, a escolha, o preparo e consumo de alimentos incorporando o saber e participação ativa das próprias famílias agricultoras, desconstruindo a materialidade do sistema numa ótica materialista e econômica. Por meio dos sistemas agroalimentares saudáveis e sustentáveis que são proporcionadas maior autonomia aos/as agricultores/as, a segurança alimentar e nutricional ofertando comida de verdade, promotoras de saúde, além de favorecer a permanência das famílias no campo com melhor renda e qualidade de vida.^{6,14}

O estudo realizado, utilizando a EBIA, identificou que 37,5% das famílias que compõem a Rede tiveram acesso pleno aos alimentos de que necessitavam, ou seja, em Segurança Alimentar (SA). Um resultado extremamente positivo, contrapondo-se aos dados de outras realidades, entre elas a pesquisa geral no estado do Ceará que detectou apenas 18,2% estavam em SA. Comparando com os dados de SA na região nordeste (32,0%) e o nível nacional para área rural (36,2%), em ambos os casos a situação de SA das famílias da Rede é ainda superior.¹⁵

As demais famílias (62,5%) da Rede estavam no nível de Insegurança Alimentar leve. Essa condição é caracterizada pela ameaça e pelo medo de faltar completamente a comida para toda a família, pelo dinheiro ter acabado antes que pudesse comprar novos itens e também pela qualidade da alimentação ter sido afetada em quantidade e diversidade. Não foi detectado na pesquisa nenhuma família em estado mais avançado de insegurança alimentar, estágio moderado e grave. Seja nos domicílios que tinham só pessoas adultas ou com criança e adolescentes na composição familiar, os resultados no nível de insegurança alimentar não tiveram alteração, sendo todas diagnosticadas com IA leve. (Figura 1).

Destaca-se aqui um aspecto muito importante e positivo, visto que diversas pesquisas apontam que há maior prevalência de insegurança alimentar moderada ou grave em domicílios com presença de crianças e/ou adolescentes, o que não é o caso das famílias que compõem a Rede do Sertão Central. Inclusive, contrastando os dados do estado do Ceará que de acordo com a pesquisa da Rede PENSAN, os números de insegurança alimentar nos estágios mais severos (moderada e grave) estavam presentes em mais da metade dos lares cearenses. ¹⁶

Figura 1. Distribuição percentual da Condição de Segurança Alimentar e Nutricional de famílias da Rede de Agricultores/as Agroecológicos do Sertão Central do Ceará, segundo a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar e Nutricional - EBIA. Ceará-Brasil, 2022



Fonte: Autoras

Outro resultado se refere à participação e ao trabalho das mulheres na Rede e a relação delas com a segurança alimentar e nutricional de suas famílias refletindo na categoria analítica empoderamento e orgulho feminino. As mulheres são maioria do público (75%) na Rede e desempenham papéis decisivos na unidade familiar e, por meio dos relatos extraídos a partir do grupo focal, foi possível identificar que são elas quem estão à frente da produção de alimentos nos quintais, realizam a transição agroecológica, fazem o manejo dos animais e dos recursos hídricos, cuidam da alimentação e a saúde da família. A autora Emma Siliprandi destaca que, regularmente, as mulheres rurais impulsionam as mudanças nos modos de produção de suas famílias para outros mais sustentáveis, devido a suas preocupações com a saúde da família e com a escassez dos recursos naturais, visto que são elas os manipulam diretamente.¹⁷

O engajamento das mulheres em projetos e em políticas públicas acessadas como, por exemplo, assessoria técnica agroecológica, tecnologias sociais de convivência com o semiárido, acesso a crédito como o Fundo Rotativo, a participação nos diversos processos de formação, intercâmbios e trocas de experiências, foram fatores importantes na construção de conhecimentos e consciência crítica e política sobre a importância do papel das mulheres na família e na sociedade. Questões sobre a invisibilidade do trabalho feminino, a necessidade do rompimento dos ciclos de violência, o reconhecimento da contribuição econômica das mulheres para as famílias, a partir da utilização das cadernetas agroecológicas por parte destas mulheres, um instrumental político pedagógico que contribuem para monitorar, dar visibilidade ao trabalho das mulheres e assim promover autonomia, foram destacados como elementos importantes sobre a compreensão do ser mulher, fortalecendo-as na luta por seus direitos.

Destaca-se ainda que as mulheres passaram a ocupar espaços de governança, onde ocupam cargos de gestão nas associações comunitárias, na coordenação local e regional da Rede de agricultores/as. Elas estão à frente dos espaços locais de comercialização da produção, como é o caso das feiras agroecológicas e solidárias e nos espaços de formação e representação social e política, dando visibilidade ao trabalho delas, da Rede e da agroecologia no

Território, partindo de suas experiências, e se contrapondo ao sistema hegemônico, contribuindo para a transformação de suas realidades.

São mulheres que se orgulham de trabalhar na agricultura, de alimentar suas famílias, de produzir alimentos agroecológicos saudáveis, de alimentar outras famílias no campo e na cidade, e se sentem estimuladas e orgulhosas, porque sabem do seu valor como destaca uma das agricultoras entrevistadas:

“[...] É quando eu olho de manhã ter meu café da manhã. É esse orgulho que tenho, é ver que a minha família cada dia que passa sou eu que tô conseguindo alimentar ela melhor. Então esse orgulho de eu saber produzir aquilo pra minha família. De manhã vê macaxeira cozida na mesa é muito gratificante. Eu fazer um almoço e eu saber que eu agricultora fui eu quem produziu aquilo ali pra vir pra mesa.” (Girassol)

A autora Gema Esmeraldo (2017) salienta que, historicamente, as mulheres agricultoras atuam com sistemas agroalimentares e conservação da biodiversidade. Realizam manejos e usos sustentáveis dos recursos naturais (terra, água, sementes), cuidam das plantas e dos animais, tendo um vínculo direto entre produção e a reprodução da vida, entre natureza e cultura. O saber-fazer da mulher camponesa é fundamental na construção de conhecimentos que promovam a auto-organização das mulheres, contribuam na afirmação e reconhecimento do seu papel na sociedade e no uso coletivo dos bens ambientais.¹⁸

Considerações Finais

Os resultados deste trabalho permitiram ampliar o debate sobre a importância da agroecologia como promotora de saúde e de soberania alimentar. Evidenciou-se uma relação entre o fazer agroecológico focado nos sujeitos e no fazer agricultura levando em consideração o cuidado com o meio ambiente, usufruindo dos bens comuns de modo equilibrado e sustentável. A superação da fome no mundo perpassa pela transformação dos sistemas agroalimentares, por investimento público em políticas públicas, acesso aos direitos constitucionais, mas também pelas lutas contra o racismo, a homofobia e todas as formas de opressão e violências. Para isso, faz-se urgente e necessário avançar no controle ao sistema alimentar dominante que acaba com nossos bens comuns (terra, água, florestas),

com a nossa biodiversidade, promovem fome, desigualdade social, favorece a Sindemia Global e pandemias como a COVID-19.

É preciso avançar e massificar a agroecologia, incorporando-a na formulação e na implementação de políticas públicas, incorporando os saberes e práticas tradicionais, que considerem às demandas e especificidades dos territórios e de quem neles habitam tradicionalmente. É necessário vencer o patriarcado, a violência doméstica, retirar da invisibilidade o trabalho das mulheres, reconhecer as mulheres e fortalecer o papel da produção de alimentos, como guardiãs da sociobiodiversidade para reprodução da vida. É preciso expandir e fortalecer o trabalho em redes de trocas solidárias conduzidas em mercados territorializados, estimulando os circuitos curtos de comercialização.

As experiências apresentadas nesta pesquisa, trabalham na perspectiva do respeito ao meio ambiente, na agroecologia, na convivência com o semiárido, na manutenção da agrosociobiodiversidade, na preservação dos hábitos alimentares tradicionais, na promoção da Segurança Alimentar e Nutricional de suas famílias e de outras famílias, na articulação coletiva no território que foram fundamentais para minimizar os desafios de viver no semiárido e trabalhar na agricultura sem o devido apoio do Estado.

A Rede de Agricultores/as Agroecológico/as do Sertão Central é uma experiência importante, que estimula a participação social, o compartilhamento de processos decisórios e a superação dos desafios comuns ao coletivo. A ação em Rede tem contribuído no compartilhamento de informações, especialmente os que são voltados aos interesses do grupo e que são importantes para o fortalecimento de suas ações; na articulação e na construção de políticas públicas; colabora o acesso a alimentos saudáveis produzidos de forma agroecológica pelas diversas famílias camponesas agroecológicas existentes no território; oportuniza, por meio da comercialização em mercados locais, o consumo de alimentos de verdade, proporcionando a geração de renda monetária às famílias agricultoras e estímulo aos circuitos curtos de comercialização; favorece relações mais horizontais de produção e consumo; contribui na construção de mecanismos que permitem a

cooperação, a reciprocidade e o fomento de ações coletivas, que são princípios fundamentais da economia solidária e basilares para Rede.

Diversos estudos já mostraram que agroecologia é um caminho viável e necessário para promoção da saúde, da soberania e segurança alimentar e nutricional, e esse trabalho confirma esta hipótese e tem a contribuir nas reflexões e na formulação de propostas e políticas públicas voltadas para as famílias camponesas e na construção de sistemas agroalimentares saudáveis, sustentáveis e resilientes algo que dialoga com a promoção da saúde e para a superação da fome e da pobreza no mundo.

REFERÊNCIAS

1. Altieri MA, Nicholls CI. Do modelo agroquímico à agroecologia: a busca por sistemas alimentares saudáveis e resilientes em tempos de COVID-19. *Desenvolv e Meio Ambient*. 2021;57:245–57.
2. FAO. *El Estado de Seguridad Alimentaria y la Seguridad Nutricion en em Mundo*. 2023. 337.
3. Costa LA da, Marques A de A, Sampaio JRF, Santana WJ de, Rocha EMB. Insegurança alimentar em agricultores: violação do direito humano à alimentação adequada. *Cad Saúde Coletiva*. 2021;29(1):122–32.
4. Azevedo MM, Corrêa AMS, Ferreira MBR. *Estudo do Conceito e Percepção de Segurança Alimentar e Nutricional entre os Guarani no Estado de São Paulo*. Qual Vida e Cult Aliment Ipês Editor. 2009;167–76.
5. Campelo T, Bortoletto AP. *Da fome à fome: diálogos com Josué de Castro*. Elefante. 2022. 216 p.
6. Silva DO e, Nilson E, Ell E. *As dimensões de sustentabilidade, resiliência e inclusão: aproximações necessárias para a compreensão dos sistemas alimentares globais contemporâneos*. *Cad Cris - Inf sobre Saúde Glob e Dipl da Saúde*. 2021;10/2022(July):44–6.
7. De Oliveira TC, Collado AC, Tavares ED, Curado FF, Dos Santos A da S. *Agroecologia: um caminho para a segurança alimentar e nutricional de famílias agricultoras*. *Brazilian J Dev*. 2023;9(3):10662–73.
8. Wanderley M de NB. *O campesinato brasileiro: Uma história de resistência*. *Rev Econ e Sociol Rural [Internet]*. 2014 [cited 2021 Jul 25];52(suppl 1):25–44. Available from: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032014000600002&lng=pt&tlng=pt
9. Silva EM da, Reis LL de M, Couto V de A. *Agricultura familiar na Bahia: uma análise dos dados do Censo Agropecuário*. *Rev Econ*. 2017;2020.
10. Minayo MC de S. *O Desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 14th ed.

- Hucitec, editor. São Paulo; 2014. 407 p.
11. Machado JMH, Martins W de J, Souza M do S de, Fenner ALD, Silveira M, Machado A de A. Territórios saudáveis e sustentáveis: contribuição para saúde coletiva, desenvolvimento sustentável e governança territorial. 2017;28(2):243–9.
 12. Santiago F, Jalfim F. O sistema Bioágua Familiar. Capital Experiências Lições para o Desenvolvimento em Moçambique e no Brasil. 2017;2:22–7.
 13. Wanderley M de NB. O campesinato brasileiro: Uma história de resistência. *Rev Econ e Sociol Rural*. 2014;52:25–44.
 14. Paula NF de, Bezerra I, Paula NM. Saúde coletiva e agroecologia: necessárias conexões para materializar sistemas alimentares sustentáveis e saudáveis. *Saúde em Debate*. 2022;46(spe2):262–76.
 15. REDE PENSSAN RB de P em S e SA. II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil – II VIGISAN. Vol. 2. 2022. 112 p.
 16. REDE PENSSAN RB de P em S e SA-. Suplemento - Suplemento I Insegurança Alimentar nos estados - II VIGISAN Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. 2022. 66 p.
 17. Siliprandi E. Agroecologia, agricultura familiar e mulheres rurais. *Rev Bras Agroecol*. 2007;2(1):845–9.
 18. Esmeraldo; GGSL, Camurça AM, Viana LA, Abrantes; KK de J. Mulheres camponesas e quintais: anúncio de esperança e re(existência) para a vida planetária. In: Editora da UnB, editor. *Análise de práticas contra hegemônicas na formação dos profissionais de Ciências Agrárias: reflexões sobre o Programa Residência Agrária*. Brasil; 2017. p. 321–30.